

# DESENVOLVIMENTO URBANO NA ILHA DE MOÇAMBIQUE: DESAFIOS SÓCIO-ESPACIAIS EM CONTEXTOS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

## URBAN DEVELOPMENT ON THE MOZAMBIQUE ISLAND: SOCIO-SPATIAL CHALLENGES IN CONTEXTS OF CONSERVATION OF BUILT HERITAGE

Lucas Paulo Mabunda\*  
Fausto Francisco Inácio\*\*  
Cleiton Fernando Pinto Celestino\*\*\*

### RESUMO

O presente artigo subordinado ao tema “desenvolvimento urbano na Ilha de Moçambique: desafios socio-espaciais e, contextos de conservação do património edificado”, visa refletir sobre os desafios do desenvolvimento urbano na Ilha de Moçambique, como património Mundial da Humanidade, que carrega consigo um conjunto de edificações históricas. A pesquisa problematiza a influência do património edificado para o desenvolvimento urbano da cidade, com destaque para a Cidade de Macuti. A metodologia adotada para a elaboração do artigo foi de abordagem qualitativa, através da pesquisa bibliográfica onde foram consultados artigos e livros e consulta documental. Como conclusão, o artigo aponta que a situação urbana da Ilha de Moçambique e principalmente das duas cidades que a compõem, tem gênese no processo de urbanização sob o domínio colonial português. O estudo conclui igualmente que o processo de urbanização português, criou assimetrias entre as duas cidades, cujas consequências são notórias nos dias atuais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento urbano; Ilha de Moçambique; Património edificado

### ABSTRACT

This article under the theme “urban development on the Mozambique Island: socio-spatial challenges and contexts of conservation of the built heritage”, aims to reflect on the challenges of urban development on the Island of Mozambique, as a World Heritage Site, which carries with it a set of historic buildings. The research problematizes the influence of the built heritage for the urban development of the city, with emphasis on the City of Macuti. The methodology adopted for the elaboration of the article was of a qualitative approach, through bibliographic research, where articles and books and document consultation were consulted. In conclusion, the article points out that the urban situation of the Island of Mozambique and mainly of the two cities that compose it, has its genesis in the urbanization process under Portuguese colonial rule. The study also concludes that the Portuguese urbanization process created asymmetries between the two cities, whose consequences are notorious nowadays.

**Keywords:** Urban development; Island of Mozambique; built heritage

*Recebido: 10/10/2022*

*Aceito: 29/05/2023*

\* Pesquisador Júnior. Graduando em Desenvolvimento Local e Relações Internacionais pela Universidade Lúrio. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Narrativas e Etnográfica da Ilha de Moçambique. Ativista Social. Email: lucaskefentsemabunda@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9643-8012>

\*\* Graduando em Desenvolvimento Local e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Lúrio: faustofranciscoinacio@gmail.com

\*\*\* Consultor e Docente da Universidade Lúrio (UniLúrio), Moçambique. Mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Rovuma. E-mail para contato: tonycleit@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento urbano, compreende a um conjunto de transformações que contribuem para o desenvolvimento de uma determinada área, através da melhoria dos vários potenciais - económico, social, ambiental e cultural - das cidades e das áreas urbanas.

A Ilha de Moçambique, primeira capital de Moçambique e Património Mundial da Humanidade, alberga um conjunto de traços urbanos que foram construídos durante a presença dos portugueses, nesta parcela do país. Importa realçar que o modelo de urbanização português, criou assimetrias na Ilha de Moçambique, criando a cidade dos portugueses e a cidade dos indígenas, esta última sem nenhuma infraestrutura social.

Hoje, essas assimetrias são evidentes pois, a estagnação destas duas cidades continua desproporcional criando desigualdades sociais. Este artigo, visa refletir sobre os desafios do desenvolvimento urbano na Ilha de Moçambique, como património Mundial da Humanidade, que carrega consigo um conjunto de edificações históricas.

Esse estudo se baseou na utilização de uma pesquisa bibliográfica, constituída por livros e artigos científicos. Pretende-se com esse estudo aprofundar conhecimentos a respeito desse assunto que é de grande importância no processo de gestão urbana e conservação do património. Tal metodologia consiste em revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento urbano.

Quanto a estrutura, o desenvolvimento deste trabalho comporta 3 secções, a destacar: i) A génese das assimetrias urbanas na Ilha de Moçambique; ii) O imperativo da sua Patrimonialização; iii) Direito a cidade; iv) Situação atual e perspectivas de desenvolvimento.

## A GÉNESE DAS ASSIMETRIAS URBANAS NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

As narrativas locais, indicam que o nome da Cidade da Ilha de Moçambique, remonta do Sheik Mussa Ibne Biki ou Mussa bin-Bique, com quem os portugueses tiveram o contacto aquando da sua passagem a Índia 1498 e em homenagem ao Sheik deram o nome a cidade de Ilha de Moçambique, que mais tarde viria a se tornar o nome do país.

A cidade da Ilha de Moçambique, esta dividida em duas “cidades”: a *Cidade de Pedra e Cal* e a *Cidade de Macuti*, cujo processo de urbanização colonial se encarregou de definir. A Ilha de Moçambique como cidade, teve a sua génese com a construção da fortaleza de São Gabriel em 1507, cuja sua conclusão foi em 1508 (MALOA, 2016, p. 61).

Para perceber melhor a génese das assimetrias urbanas na cidade da ilha de Moçambique, o autor Mimoso (2018) recorre a história e sustenta que:

O xecado da Ilha de Moçambique foi fundado por Moussa M'Biki, (possível origem do termo “moçambique”) por volta do século XI. Até ao século XVI tinha uma população sedentária e uma flutuante, ambas, sobretudo, de mercadores e marinheiros árabes de Áden e do Oman, com escassa presença africana. A nova fase das navegações no Índico começou em 1498, com a chegada do português Vasco da Gama, que estabeleceu a ligação direta da Europa à Índia. Nesta primeira viagem fez aguada na Cabaceira Pequena, à vista da Ilha de Moçambique, onde também desembarcou.

Com base na visão do autor é possível perceber que antes da chegada dos portugueses a ilha de Moçambique, era caracterizada pela presença de vários povos que praticavam trocas comerciais e até esta época pouco se faz menção nas literaturas sobre a divisão da ilha em duas partes.

Os três mundos da época – Europa, Arábia/Índico e Ásia – cruzavam-se na Ilha, e pela primeira vez os mundos europeu e asiático (incluindo as populações da costa oriental africana) estavam em contacto directo. Os portugueses tomaram a Ilha de Moçambique (1507), Ormuz (1515) e Malaca (1511), estabelecendo o estratégico *triângulo do Índico*. Juntavam-se as praças-fortes de Mombaça (1505), de Diu (1533) e de Goa (1510). O século XVI e a primeira metade do século XVII foram o período do domínio marítimo de Portugal (Mimoso, 2018, p. 27).

Numa época em que se realizam as viagens de descobrimento pelas potências europeias, os portugueses comandados por Vasco da Gama chegam a ilha de Moçambique por volta de 1498 e fazendo dela um ponto estratégico de trocas comerciais com outros povos. A instalação dos portugueses na ilha de Moçambique não foi de forma pacífica e o mesmo ocorreu em Omã onde os portugueses após a conquista da ilha, tiveram de lutar com os ingleses, Franceses, alemães, etc.

As tentativas inglesas de invasão datam de meados do século, e os ataques omanitas verificaram-se em 1669 e 1704. Nunca a Fortaleza caiu. Já Mombaça foi tomada pelo sultão de Omã, com a conquista do Forte de Jesus, construído pelos portugueses (1698). Este mau período prolongou-se pela primeira metade do século XVIII. Começava então um novo ciclo mercantil, o ciclo da escravatura. Nasceu o comércio regular com as ilhas francesas do Índico (1721) e com o Brasil (1728). Todavia, a situação difícil mantinha-se, e em 1752, o marquês de Pombal, primeiro-ministro português, criou o governo de Moçambique, anulando a administração direta de Goa (Mimoso, 2018, p. 23).

Com a mudança da administração de Goa para a administração portuguesa, são instaladas novas leis de cariz colonial e a população passa ter novos direitos e restrições as quais deveriam ser cumpridas. É importante salientar que até esta altura do processo de ocupação da ilha, só tinham acesso os indivíduos mistos ou considerados de cor branca.

Devido a instalação de uma nova administração e os constantes contactos com outros pontos do mundo se registou um avanço na urbanização de vários pontos da África, particularmente da Ilha de Moçambique. Para Mimoso (2018), “os finais do século XVIII corresponderam a um grande crescimento, com forte expansão urbana. A vila foi elevada à categoria de cidade em 1818.” Este processo de elevação da vila a categoria de cidade em Moçambique, está ainda em andamento e tem dado em grande medida os seus aspetos positivos, no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade.

De acordo com Mimoso (2018), esta nova e profunda alteração veio pouco depois, com o triunfo do liberalismo em Portugal e o fim da sangrenta guerra civil: a escravatura foi abolida em 1837, e começou de facto o tráfico a diminuir após três anos. Deu-se então, finalmente, a abertura da Ilha à população local que na sua maioria era de pele negra. Alias, esta população que agora toma posse dos bens da sua terra, é a que antes quase não tinha direitos diante dos olhos do colono.

De uma forma genérica para o autor, a assimetria urbana na ilha de Moçambique pode ser verificada ou analisada a partir da abolição da escravatura em 1837 e a entrada de negros dentro da ilha, que na visão deste autor esteve na origem da divisão da cidade em duas partes.

Para terminar a sua abordagem, o autor afirma que “a cidade ganhou uma linha divisória ainda atual: a norte da Igreja de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Saúde, a Cidade de Pedra e Cal, e a sul a Cidade de Macúti, africana, com os respetivos bairros ocupando o fundo das pedreiras. Esta linha limitava também os usos: só a sul se permitiam currais, matadouros, fornos de cal, depósitos de lenha ou de carvão e a extração de pedra coral.”

Na visão de Rodrigues (2003; 2010) apud Maloa (2016), um conjunto de fatores circunstanciais trouxe, no começo do século XVIII prosperidade à Ilha de Moçambique, que passou de uma pequena

base naval para um centro urbano. De acordo com os autores acima citados, dos vários factores que influenciaram na urbanização da ilha de Moçambique, destacam-se:

- Decadência do mercado de ouro de Sofala;
- ascensão do comércio de marfim ao norte de Moçambique;
- entrada de novos comerciantes, na economia urbana, que reverteu os privilégios dos comerciantes *afro-islâmicos*.

Estes fatores tiveram um impacto bastante importante na urbanização da cidade como constatou Maloa (2016, p. 59) ao mencionar que “assim, abriu-se no século XVIII, uma nova etapa urbana para a Ilha de Moçambique, que se tornou destino do movimento de migração e que acabou dando uma nova dinâmica à vida urbana. A economia urbana, prosperava com o comércio crescente com Goa e Lisboa”.

Convém também ressaltar que os fatores de êxito da Ilha de Moçambique no século XVIII podem ser identificados pelos seguintes motivos: o fim da jurisdição do Vice-Rei de Goa, transferida diretamente para Lisboa (1752); o fim do monopólio comercial dos Capitães<sup>97</sup> (em 1753) e a entrada do comércio de escravo na economia urbana, realizado por ricos armadores brasileiros, franceses, portugueses, entre outros por ser um entreposto obrigatório para as naus portuguesas a caminho da Índia (instrução de 1761) (CAPELA, 1987; 1988).apud (MALOA, 2016, p. 63)

Um dando que vale apenas ressaltar é que Maloa (2016) assim como Mimoso (2018), concordam que o século XVIII foi de extrema importância no processo de urbanização da cidade, principalmente com a entrada em vigor do tráfico de escravos.

Ainda no século XVII Maloa (2016, p.65), afirma que “o novo curso de urbanização da Ilha foi regularizado no século XVIII, com o estatuto do morador, que fixava os súditos portugueses com títulos individuais de propriedade. É interessante notar que, na época, os negros não eram contados como moradores, mas apenas os portugueses, sejam eles *reinóis* (os nascidos em Portugal), filhos da Índia, filhos da Capitania de Moçambique e Rios de Sena (os ditos naturais), afro-portugueses (os *muzungos*) ou filhos de Goa. (NEWITT, 1997; WAGNER, 2009; CAPELA, 2010).”

## ○ IMPERATIVO DA SUA PATRIMONIALIZAÇÃO

A Ilha de Moçambique está localizada na Costa oriental Africana, República de Moçambique, a cerca de 2400km da capital do País, Maputo, e a 180km da Capital da Província Nortenha de Nampula. A Ilha de Moçambique situa-se entre a Baía de Mossuril, no Oceano Índico e fazem parte do Arquipélago três pequenas Ilhas, não habitadas: A Ilha de São Lourenço, onde está localizado o Fortim do mesmo nome, a Leste, e as Ilhas de Goa e Sena.

De acordo com Zunguene (2018), a Ilha de Moçambique foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1991 pelo seu Valor Universal Excepcional (VUE). O Patrimônio Cultural Mundial da Ilha de Moçambique foi classificado em todo seu conjunto, incluindo todos os monumentos existentes. Para o mesmo autor, segundo a recomendação do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), em Maio de 1991, a Ilha de Moçambique devia ser incluída na lista do patrimônio mundial com base nos critérios IV e VI, que respectivamente enfatizam que:

- A cidade e as fortificações na Ilha de Moçambique, e na Ilha de São Lourenço, constituem um exemplo extraordinário de uma arquitetura em que as tradições locais, as influências portuguesas e, em menor grau, as influências indianas e árabes estão todas entrelaçadas.

- A Ilha de Moçambique constitui um testemunho importante do estabelecimento e do desenvolvimento das rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental e o Subcontinente indiano e, por consequência, toda a Ásia.

Para Omar e Júnior (2015):

A declaração da Ilha como Patrimônio Cultural da Humanidade incluiu, de uma forma geral, todo o conjunto urbano, constituído pela Cidade de Pedra e Cal e por Macuti – uma divisão que nunca teve base jurídico-administrativa formal, que surgiu no contexto da colonização, como vimos. Contudo, a essa divisão espacial segregacional correspondeu uma autêntica clivagem socioeconômica e cultural desde o período colonial, visto que a Cidade de Macuti, por exemplo, sempre foi uma zona com um nível social e econômico vulnerável em relação à sua congênere, fato que mesmo nas atuais políticas de conservação e preservação, torna difícil encontrar os mecanismos de gestão global (2015, p.8).

Assim, com estas contrariedades literárias e que com profundidade podem-se confirmar *in loco*, começa a deixar transparecer a necessidade de melhor debater sobre a questão de direitos, um conceito que na contemporaneidade muito se discute.

## DIREITO A CIDADE

Direito a cidade, é uma expressão batizada por Henri Lefebvre, em sua obra intitulada “direito a cidade”, como um conceito revolucionário como resposta a crise das cidades impostas pelo modelo capitalista, propondo que as forças sociais se rebelem contra o Estado. Para Lefebvre (2008), o direito a cidade, seria a garantia de todos participarem na vida urbana, acabando com a vulnerabilidade e exclusão que muitos estavam submetidos, entre outros males.

Lefebvre (2008), distingue três níveis de fenômenos que na visão de Gomes (2018, p. 495), resumem-se em:

o nível do habitar, que compreende os fenômenos relacionados à questão da moradia (mas não se resume a eles); o nível da planificação urbana; e o nível do processo de industrialização e urbanização global, que, sob a lógica do capitalismo, transforma a cidade em produto. Este último nível, ao organizar o espaço de maneira coercitiva e homogeneizante, acaba por absorver os dois primeiros, reduzindo o urbano ao valor de troca.

Autores como Harvey (2012) e Amanajás e Klug (2020), interpretam o direito à cidade como a garantia e promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos ao ser humano.

Harvey (2012), em seu artigo intitulado “O direito a cidade”, onde objetivava examinar o papel desempenhado pelo espaço urbano como canal de absorção de capital excedente ao longo da história, parte do princípio de que o capitalismo tem dado um grande impacto as transformações urbanas pois, a liberdade de escolha desde que se tenha dinheiro, influencia a urbanização do estilo de vida.

Harvey (2012, p. 81), menciona que:

ainda que incoerente, o desenvolvimento de subúrbios monótonos e tranquilos que continuam a dominar em muitas regiões, agora encontra seu antídoto em um movimento de “novo urbanismo” que mobiliza o comércio da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos.

Desta forma, o capitalismo vai tornar a urbanização num imperativo para a sociabilidade humana, uma vez os desejos e as necessidades irão pedir por novos padrões do estilo, colocando em causa os padrões tradicionais. Decorrente disso, os desequilíbrios sociais influenciados pela desigualdade de recursos, irão surgir divisões na cidade, que Harvey (2012, pp. 81-82) vai descrever como:

vizinhanças riquíssimas providas com todos os tipos de serviços, como escola exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulhamento privado da área em torno; área de medidores entrelaçados com instalação ilegal onde a água é disponível apenas em fontes públicas, sem sistema de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se tornam lamaçal sempre que chove e onde as casas compartilhadas é a norma.

A razão das disparidades levantadas pelo autor, estariam originadas nas condições de sobrevivência que irá caracterizar cada camada social, ou seja, a ética neoliberal que implica adoção de novos estilos de vida, será de difícil sustentação, pelas camadas vulneráveis uma vez que Ela tem acarretado repetidas contendas sobre a reestruturação urbana pela “destruição criativa”, que quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com este processo (HARVEY, 2012).

A situação em que a cidade de Macuti enfrenta, em que muitos moradores vendem ou modificam suas casas, pode ser entendido através dos posicionamentos de Harvey (2012, p. 85), que “(...) o pobre, em situação de insegurança de renda e frequentes dificuldades financeiras, pode ser persuadido facilmente a comercializar este recurso por um pagamento relativamente baixo)”.

É em razão disso que Mafra et al. (2017), afirmam que:

as demandas para se melhor viver na cidade, as quais são alvo de políticas públicas mais ou menos exitosas, são inúmeras: educação, saúde, assistência social, mobilidade urbana, acessibilidade, saneamento básico, uso do solo e dos recursos naturais, além de aspectos culturais e identitários também englobados na proposta do direito à cidade. (p.82)

Portanto, o direito a cidade, esta ligado a provisão de serviços básicos e essenciais para o desenvolvimento, inclusão e harmonia social. No caso da ilha de Moçambique, esta visão é sempre dilemática, pois, como já mencionamos anteriormente, existe uma espécie de dois tipos de ilha dentro da mesma ilha. Aqui, a ideia de direito a cidade começa a ser cada vez mais problemática e discutível.

## SITUAÇÃO ATUAL E PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO

O processo de urbanização português, criou assimetrias acentuadas nas “duas cidades” da Ilha de Moçambique. O reflexo dessas assimetrias é espelhado com base nos privilégios de cada cidade. A cidade de *Pedra e Cal* teve o privilégio de toda ela ser construída com pedras extraídas na cidade de Macuti, razão disso, a maioria dos bairros da cidade de Macuti encontram-se em um desnível acentuado, o que faz com que alguns bairros estejam a 2 metros a baixo das principais avenidas.

O privilégio que a cidade de *Pedra e Cal* teve, na nossa visão foi resultado de um plano profundo de urbanização, que fez com que o ordenamento territorial fosse melhor, e a construção das principais infraestruturas fosse um sinal saliente de que os moradores daquela cidade não seriam pessoas de qualquer classe social. Esta espécie de discriminação na planificação do ordenamento, certamente ajudou e continua a ajudar na criação de desníveis, em termos funcionais, estruturais e organizacionais entre as duas cidades.

Hougaard (2017), descreve a situação atual da Ilha de Moçambique como preocupante, pela inexistência de uma gestão urbana que inclua tanto o planeamento urbano como a conservação do património histórico. O autor avança algumas razões por essa ausência de gestão urbana, a destacar:

1. Uma razão estará na prática de gestão urbana que, na realidade local, vê as leis e regulamentos serem ultrapassados pelos interesses, práticas e costumes locais;
2. Outra razão poderá ser o facto de as ferramentas de gestão do património edificado não estarem estabelecidas ao nível do município: o cadastro municipal continua inexistente e o registo de

propriedades não atualizado, sendo por último um resultado da alienação do imobiliário em parcelas autónomas de edifícios sem o devido processo legal completo. 3. Uma terceira razão será a incapacidade técnica, ao nível local. Para fiscalizar obras de restauro, de modo a que a reabilitação de edifícios fique ao critério dos investidores; 4. Finalmente, parece claro o desconhecimento e falta de apreciação do valor do conjunto de elementos urbanos e arquitetónicos que concorrem para o *valor excepcional universal* da Ilha. (p. 145)

Encontram-se entre as razões acima levantadas, a existência de conflitos entre o desenvolvimento e a preservação do património, na medida em que as práticas de gestão urbana que pressupõe a conservação do património histórico edificado, estão a ficar ultrapassadas pelo desejo de mudança de vida imposta pelo capitalismo (HARVEY, 2012).

É importante destacar que, a Ilha de Moçambique foi inscrita num contexto em que tinha uma população de aproximadamente 17.000 pessoas (HOUGAARD, 2017). Hoje a Ilha de Moçambique, conta com 78.742 habitantes de acordo com o Censo de INE (2017), o que exige maior intervenção do Estado na provisão de serviços básicos.

Hoje, a cidade de Macuti dispõe de 1340 casas de Macuti, que estão concentradas em 2/7 da superfície total da cidade da Ilha de Moçambique, acomodando em média Catorze (14) habitantes em cada casa, contra seis habitantes nas 496 casas da cidade de pedra e cal distribuídas em 2/7 da Ilha (CACHAT, 2018).

**Figura 1:** Vista aérea da Cidade de Macuti



**Fonte:** [www.rotasturisticas.com](http://www.rotasturisticas.com)<sup>1</sup>

A figura acima apresentada, demonstra a superlotação, o desordenamento, e a qualidade de habitações que podem ser encontradas na cidade de Macuti. Cachat (2018, p. 110), explica que, “a coabitação tornou-se numa norma nos bairros da cidade de Macuti, no seio de uma mesma família ou não, cada casal ocupando ou alugando um quarto”.

Esta situação cria uma grande pressão nos residentes que na sua luta diária pela sobrevivência, acaba se constituindo numa revolução urbana na cidade de Macuti, colocando o património histórico em causa. Os residentes acabam por fazer modificações profundas e de acordo com a sua condição de vida, sem no mínimo se importar com o património histórico que na generalidade é mesmo a ilha.

<sup>1</sup> [www.rotasturisticas.com%2Ffoto\\_vista\\_aerea\\_da\\_ilha\\_ilha\\_de\\_mocambique\\_nampula\\_36501\\_pt.html&psig=AOvVaw0-a6rkMJKFKIEi-KVKjSCU&ust=1665527000742000&source=images&cd=vfe&ved=0CAwQjRxqFwoTCJw96i71voCFQAAAAAdAAABAh](http://www.rotasturisticas.com%2Ffoto_vista_aerea_da_ilha_ilha_de_mocambique_nampula_36501_pt.html&psig=AOvVaw0-a6rkMJKFKIEi-KVKjSCU&ust=1665527000742000&source=images&cd=vfe&ved=0CAwQjRxqFwoTCJw96i71voCFQAAAAAdAAABAh)

Em parte, estas modificações surgem movidas pelo comparativismo de estilos de vida entre moradores e que caracterizam a ilha de Moçambique. A necessidade de boa vida, tornam os cidadãos cegos sobre o património.

**Figura 2:** Vista aérea da Cidade de Pedra e Cal



**Fonte:** [www.ilhademocambique.co.mz](http://www.ilhademocambique.co.mz)<sup>2</sup>

Cachat (2018), expõe as grandes disparidades que constituem a cidade de Macuti e a Cidade de Pedra e Cal ao afirmar que o desequilíbrio demográfico é amplificado por importantes desigualdades nas infraestruturas e no acesso aos serviços de base, pois, a maior parte das casas de Macuti não têm nem alimentação, nem água potável, nem sistema de evacuação das águas usadas e na cidade de Pedra e Cal, a maior parte dos edifícios, estão num estado correto de conservação, estão ligadas a redes de esgotos, equipamentos com cisternas, água corrente e eletricidade.

Mabunda e Zunguene (2022), problematizam o património edificado, partido da premissa de que muitas delas são inacessíveis para os deficientes físicos, facto que coloca em causa a participação destas camadas no processo de desenvolvimento local. Razão disto, são os edifícios históricos que não dispõem de rampas, corrimãos ou elevadores, e a nível dos bairros da Cidade de Macuti a entrada é totalmente deficitário, primeiro por estarem muito em baixo o que coloca sua dependência nas escadas sem rampas para a sua entrada e segundo por que o desordenamento das casas, igualmente não dá muito espaço para a mobilidade das pessoas.

A Cidade de Macuti é atualmente o centro de disputas políticas principalmente em períodos eleitos pois, muitos jovens desta cidade são usados pelos partidos políticos para promoverem distúrbios (ZACARIAS, MABUNDA & CELESTINO, 2022)

Esse facto pode ser justificado pelo baixo nível educacional a que muitos jovens estão sujeitos, que os obriga a se envolverem em disputas políticas, mas também pode ser a manifestação de descontentamento e revolta de uma camada que não vê suas preocupações atendidas pelas elites governamentais.

## CONCLUSÃO

Este estudo, tinha como objetivo refletir sobre os desafios do desenvolvimento urbano na Ilha de Moçambique, como património Mundial da Humanidade, que carrega consigo um conjunto de

<sup>2</sup> [www.ilhademocambique.co.mz%2Fcontent%2Fpatrimonio&psig=AOvVaw0-a6rkMJFKIEI-KVKjSCU&ust=1665527000742000&source=images&cd=vfe&ved=0CAwQjRxaFwoTCJjw96i71voCFQAAAAAdAAAAABAE](http://www.ilhademocambique.co.mz%2Fcontent%2Fpatrimonio&psig=AOvVaw0-a6rkMJFKIEI-KVKjSCU&ust=1665527000742000&source=images&cd=vfe&ved=0CAwQjRxaFwoTCJjw96i71voCFQAAAAAdAAAAABAE)

edificações históricas. O estudo aponta que a construção da Cidade da Ilha de Moçambique, dividida em duas “cidades”, a de *Pedra e Cal* e a *Macuti*, foi de extrema desigualdade pois, havia gente predefinida para habitar em cada cidade. A Cidade de Pedra e Cal era habitada por brancos e a de Macuti por escravos e indígenas.

Hoje essa realidade não é diferente. Quem vive na Cidade de Pedra e Cal é de uma classe superior a quem vive na cidade de Macuti. Esta predefinição, fez com que a Cidade de Pedra e Cal, tenha todo o conjunto de serviços e infraestruturas urbanas, como energia e água canalizada, boa rede de esgoto, escolas, hospitais, igrejas, espaços de recreação e um bom ordenamento urbano, sorte esta que a Cidade de Macuti não teve. O estudo conclui igualmente que as normas de preservação do património edificado em parte contribuem para estas assimetrias pois, não tem aberto espaço para transformações urbanas nas áreas menos desfavorecidas.

A conservação do património edificado da Ilha de Moçambique, não pode condenar os seus residentes ao desenvolvimento e ao bem-estar social. Há necessidade de libertar os residentes do subdesenvolvimento, abrindo espaço para transformações sociais e sustentáveis que possam beneficiar as camadas vindouras.

É importante refletirmos sobre o desenvolvimento urbano em Moçambique, partindo sobre a sua génese o nosso compromisso na sua conservação sem colocar o bem-estar social em causa. A cidade de Macuti, revela-se em uma região em que foi esquecida, devido a imperatividade da sua conservação histórica. Outro aspecto importante que merece destaque, diz respeito a memória coletiva e a apropriação pois, pelo comportamento dos residentes da Ilha de Moçambique, há um descontentamento generalizado em relação a conservação da cidade o que se pode traduzir em uma conservação obrigatória sem anuência dos residentes locais, com as dinâmicas atuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana**. 2020. 05 de Outubro de 2022. <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20C3%A0%20cidade.pdf> .

CACHAT, Séverine. **Ilha de Moçambique: Uma herança Ambígua**. Maputo: Alcance Editores, 2018.

GOMES, Ana Maria Isar dos Santos. **O direito à cidade sob uma perspectiva jurídico-sociológica**. 2018: 492-512. 8 de Outubro de 2022. <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/gd9bCQmQpGT3ZpH79sSSkbF/?lang=pt&format=pdf>>.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. *Lutas Sociais* 2012: 73-89. 6 de Outubro de 2022. <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod\\_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf) >.

HOUGAARD, Jeans. “Ilha de Moçambique: Gerir o quê e como? Uma leitura do patrimonio historico, cultural e edificado.” Rossa, Walter, Nuno Lopes e Nuno Simao Gonçalves. **Oficinas de Muhipiti: Planeamento estrategico, patrimonio e desenvolvimento**. Ilha de Mocambique : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. 137-168.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 5. Brasil, 2008. 28 de Setembro de 2022. <[https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre\\_Henri\\_O\\_direito\\_a\\_cidade.pdf](https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf) >.

Mabunda, Lucas Paulo; Zunguene, Cláudio Diamantino. “Acessibilidade para portadores de deficiência em espaços públicos no sítio do património mundial: barreiras, experiências e

memórias na Ilha de Moçambique." Doarte, Luciano Chinda e Felipe Augusto Tkac. **Patrimônio cultural, direitos humanos e democracia: da experiência cultural às questões sociopolíticas.**

Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2022. 103-126.

MAFRA, Flávia Luciana Naves, et al. **Direito à cidade: um grito e uma demanda para as políticas micro e macroterritorial** . 2017: 1002-1021.

MALOA, Joaquim Miranda. A urbanizacao mocambicana: Uma proposta de Interpretacao. **Tese apresentada ao programa de pos-graduacao em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Sociais da Universidade de Sao Paulo.** Sao Paulo, 2016.

MIMOSO, Alexandre Braz. **Ilha de Moçambique – Resumo histórico.** Lisboa : Camões, Instituto da Cooperação e da Língua / Direcção-Geral do Património Cultural, 2018.

OMAR, L. L. e E. S.. JÚNIOR. “ **Patrimônio cultural e memória social na Ilha de Moçambique.**” 2015: 4-28.

ZACARIAS, Manuel; MABUNDA, Lucas Paulo; CELESTINO, Cleiton Fernando. “Eleições, autarquias e cultura de violência: memórias das eleições autárquicas de 2018 na Ilha de Moçambique.” *Boletim de conjuntura (BOCA)* (2022): 33-48.

ZUNGUENE, C. “ Paisagens históricas, urbanas e culturais da ilha de moçambique: desafios na preservação do patrimônio.” *Acervo Suaili Digital* 2018.